

COMPANHIA PARAIBUNA DE METAIS

CNPJ nº 42.416.651/0001-07



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e das Notas Explicativas. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio e cooperação e a confiança em nós depositada, e em especial dos nossos colaboradores, pelo empenho apresentado.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro - Em milhares de reais				Demonstrações do Resultado Exercícios Findos em 31 de Dezembro			
				Em milhares de reais, exceto quando indicado			
Ativo	2003	2002		2003	2002	2003	2002
Circulante			Circulante				
Caixa e bancos	2.071	3.626	Financiamentos	148.695	180.882	Receita bruta de vendas	
Aplicações financeiras	86.710	35.508	Fornecedores	14.832	12.362	Vendas	
Contas a receber de clientes	25.031	23.612	Impostos e taxas a recolher	5.081	3.768	Mercado interno	235.263
Estoque	39.231	24.437	Imposto de renda e contribuição social	15.688	—	Mercado externo	108.378
Impostos a recuperar	5.204	2.573	Salários e encargos sociais	2.490	2.999		343.641
Títulos a receber	64.989	—	Dividendos a pagar	7.373	—	Deduções de vendas	
Demais contas a receber	1.276	3.504	Demais contas a pagar	17.252	12.459	Impostos sobre vendas	(37.529)
	<u>224.512</u>	<u>93.260</u>		<u>211.411</u>	<u>212.470</u>	Devoluções e abatimentos	(1.136)
Realizável a longo prazo			Exigível a longo prazo			Receitas líquidas das vendas	304.976
Partes relacionadas	68.040	160.725	Financiamentos	33.096	—	Custo dos produtos vendidos	(264.707)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	55.917	8.972	Partes relacionadas	53.519	93.914	Lucro bruto	40.269
Impostos e contribuições a recuperar	4.875	3.301	Provisão para contingências	39.195	39.340	(Despesas) receitas operacionais	
Depósitos judiciais	12.385	1.676	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.712	7.179	Com vendas	(11.844)
Demais contas a receber	1.904	1.763	Demais contas a pagar	10.559	—	Gerais e administrativas	(27.263)
	<u>143.121</u>	<u>176.437</u>		<u>145.081</u>	<u>140.433</u>	Honorários da diretoria	(531)
Permanente			Patrimônio líquido			Receitas financeiras	105.728
Investimentos em sociedade controlada	—	978	Capital social	163.075	163.075	Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido	(90.293)
Imobilizado	169.859	150.707	Reserva de reavaliação	8.912	14.576	Equivalência patrimonial	(127)
Diferido	14.659	13.027	Reservas de lucros	1.552	—	Outras despesas operacionais, líquidas	(20)
	<u>184.518</u>	<u>164.712</u>	Lucros (prejuízos) acumulados	22.120	(96.145)	Lucro (prejuízo) operacional	(23.829)
Total do ativo	<u>552.151</u>	<u>434.409</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>552.151</u>	<u>434.409</u>	Receitas não operacionais, líquidas	16.440
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis				Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido			
				101.134			
				(37.967)			
				121.526			
				(44.991)			
				2.00			
				(0,74)			
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis							

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva lucros	Lucros (prejuízos) acumulados
Em 31 de dezembro de 2001	163.075	15.580	—	(52.158)
Realização de reserva de reavaliação	—	(1.004)	—	1.004
Prejuízo do exercício	—	—	—	(44.991)
Em 31 de dezembro de 2002	163.075	14.572	—	(96.145)
Realização de reserva de reavaliação	—	(5.664)	—	5.664
Lucro do exercício	—	—	—	121.526
Apropriação e destinação do lucro	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	1.552	(1.552)
Dividendos propostos (R\$ 1,21 por lote de mil ações)	—	—	—	(7.373)
Em 31 de dezembro de 2003	<u>163.075</u>	<u>8.912</u>	<u>1.552</u>	<u>22.120</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 - Em milhares de reais

1. Contexto operacional
A Companhia integra o Grupo Votorantim, pertencente a unidade de negócios da Votorantim Metais tendo como objetivo social, a metalurgia a partir do concentrado de zinco, o comércio, inclusive importação e exportação, de zinco e suas ligas e subprodutos, para atender a demanda de diferentes setores da indústria nacional, tais como química, petroquímica, borracha, celulose, metalurgia, mineração e agricultura, entre outros.

2. Principais práticas contábeis
(a) Demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, aplicadas de maneira uniforme em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002.

Na elaboração de demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares, que refletem a melhor estimativa possível, podendo apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

(b) Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. As receitas de vendas e os correspondentes custos são registrados na entrega dos produtos. Os tributos diferidos foram reconhecidos considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e a contribuição social sobre os prejuízos fiscais, bases negativas e as diferenças temporárias, na extensão em que sua realização seja provável.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo
Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias ou cambiais e os correspondentes rendimentos auferidos.

• A provisão para perdas no recebimento de créditos foi constituída em bases consideradas suficientes pela administração para a cobertura de eventuais prejuízos na realização dos valores a receber de clientes, cujo saldo é apresentado deduzido dessa provisão, no curto prazo.

• Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras ou custo de produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

• O imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados pelos valores prováveis de recuperação, prevista para ocorrer em até 10 anos.

(d) Permanente
Demonstrado ao custo, sendo que os custos incorridos até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação dos bens do imobilizado pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.
- Capitalização dos encargos financeiros incorridos sobre as obras em andamento.
- Reavaliação de ativos efetuada com base em avaliações de empresas especializadas, depreciada na proporção do tempo remanescente de vida útil dos respectivos bens e sua realização, líquida de impostos computada a crédito de lucros (prejuízos) acumulados.
- Amortização do diferido, no prazo de dez anos para os projetos hidrelétricos e de cinco anos para os demais, a partir do mês seguinte ao início da geração dos benefícios (Nota 11).

(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo
Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

- A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída com base na legislação vigente.
- A provisão para contingências refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela administração, apoiada por seus consultores jurídicos.

(f) Operações de "swap" de moedas e juros
Os valores nominais das operações de "swap" de moedas, não são registrados no balanço patrimonial. Os resultados líquidos não realizados dessas operações são registrados em regime de competência de exercícios.

A Companhia mantém instrumentos derivativos com o objetivo de "hedge" da sua exposição consolidada de riscos de moedas e juros, o que não impede que seus resgates possam ocorrer antes do prazo final dos seus vencimentos. Dessa forma, em atendimento à legislação societária, operações "não designadas contabilmente", são mensuradas ao seu valor de custo incluindo as variações apuradas com base nas condições contratuais ("valor da curva").

3. Aplicações financeiras

	Taxas de remuneração das aplicações	2003	2002
Em moeda nacional			
Fundos exclusivos	103,50% a 109,10% do CDI	82.920	35.508
CDB	103,50% do CDI	3.790	35.508
		<u>86.710</u>	<u>35.508</u>

Em 31 de dezembro de 2003 a Companhia mantinha R\$ 82.920 (2002 - R\$ 31.466) com o Banco Votorantim S.A. (Nota 8).

9. Investimento em sociedades controladas
(a) Informações sobre o investimento

Controladas diretas	2003				2002			
	Informações da investida		No resultado do exercício	Patrimônio líquido	Informações da investida		No patrimônio líquido	No resultado do exercício
	Patrimônio líquido	Percentual participação			Patrimônio líquido	Percentual participação		
Paraíba Energia Ltda. (ii)	—	—	—	(746)	99,48	—	(1.135)	
Paraíba Óxidos Ltda. (i)	951	(27)	100,00	(27)	978	100,00	(134)	
Total do investimento da controladora								
					978		(1.269)	

(i) Em julho de 2003 a Companhia incorporou os Ativos e Passivos da Paraíba Óxidos Ltda. foi incorporada.
(ii) Em dezembro de 2003 a Paraíba Energia Ltda. apresentava passivo descoberto no montante de R\$ 596, este valor está integralmente provisionado na rubrica "provisão de perdas em investimentos".

10. Imobilizado

	2003		2002		Taxa anual de depreciação - %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual		
	2003	2002	2003	2002	
Terenos	5.863	—	5.863	3.456	—
Edificações	65.625	22.402	43.223	47.165	4
Máquinas, equipamentos e instalações	155.552	71.376	84.176	97.454	10
Veículos	409	265	144	159	20
Móveis e utensílios e softwares e hardwares	5.155	2.994	2.161	1.818	10 a 20
Adiantamento a fornecedores	148	—	—	—	—
Obras em andamento	34.653	—	34.653	6.553	—
Provisão para perdas	(509)	—	(509)	(5.898)	—
	<u>266.896</u>	<u>97.037</u>	<u>169.859</u>	<u>150.707</u>	

As obras em andamento referem-se principalmente ao projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Picada.

11. Diferido

	2003		2002		Amortização - %
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido		
	2003	2002	2003	2002	
Projeto de expansão da planta Usina Hidrelétrica de Picada	8.102	2.309	5.913	4.836	20
Usina Hidrelétrica de Campinho	89	—	8.102	7.011	—
Outros	555	—	89	89	—
	<u>16.968</u>	<u>2.309</u>	<u>14.659</u>	<u>13.027</u>	

12. Financiamentos

	Indexador ou moeda	Taxa de juros -% ao ano	2003		2002	
			2003	2002	2003	2002
Em moeda estrangeira						
Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	8,50%	—	9.183	—	—
Financiamento de importações	US\$	5,07% a 6,96%	181.547	100.162	—	—
Pré-pagamento exportação	US\$ + LIBOR	4,33%	—	18.826	—	—
Capital de giro	US\$	4,86%	—	52.711	—	—
Em moeda nacional						
Financiamento Industrial - BNDES	TJLP	4,00%	244	—	—	—
			<u>181.791</u>	<u>180.882</u>		
Circulante			<u>(148.695)</u>	<u>(180.882)</u>		
Exigível a longo prazo			<u>33.096</u>	<u>—</u>		

(a) Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2003
2005	32.965
2006	60
2007	60
2008	11
	<u>33.096</u>

(b) Garantias
Os financiamentos a moeda nacional são garantidos por imóveis, máquinas e equipamentos da unidade, para os empréstimos em moeda estrangeira não foram oferecidas garantias reais.

(c) Cláusulas contratuais
Em 31 de dezembro de 2003 e 2002 a Companhia não possui financiamentos que incluam cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem "covenants", bem como cobertura de parcelas a vencer e manutenção de saldos mínimos de recebíveis em um "collateral account".

13. Contingências
A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que encontram-se em instâncias diversas. A provisão para contingências é estabelecida por valores atualizados, para

questões em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos consultores jurídicos da Companhia, nos casos em que a perda é considerada provável, inclusive quanto à classificação no exigível a longo prazo.

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2003	2002	2003	2002
Contingências tributárias	11.707	953	34.902	38.756
Contingências trabalhistas	125	122	1.117	584
Reclamações cíveis	553	601	3.176	—
	<u>12.385</u>	<u>1.676</u>	<u>39.195</u>	<u>39.340</u>

(a) Processos tributários
Os principais processos são os seguintes:
(i) ICMS
A Companhia ingressou com mandado de segurança visando à suspensão da exigibilidade do crédito tributário relativo aos autos de infração decorrentes de aproveitamento de crédito de ICMS. Com base na avaliação dos advogados, foi constituída a provisão para perda no montante de R\$ 4.335.
(ii) PIS COFINS Lei 9.718/98
A Companhia ingressou com mandado de segurança visando o recolhimento do PIS e da COFINS apenas sobre o faturamento, excluídas as receitas financeiras, bem como, visando o recolhimento da COFINS à alíquota de 2%. Com base na avaliação dos advogados foi constituída provisão contábil no valor de R\$ 9.558 para a COFINS e R\$ 1.292 para o PIS. Estes valores estão sendo depositados judicialmente.
(iii) Imposto de renda e contribuição social 1994
A Companhia ingressou com ações cautelares e declaratórias, visando respectivamente afastar a exigência do pagamento do IR e da CSL resultante da aplicação dos critérios de correção contestados, e obter a declaração do direito de corrigir monetariamente as suas demonstrações financeiras e os seus resultados, relativamente ao ano base de 1990, com base no IPC, e não a BTFN, que não refletia a real inflação do período. Com base na avaliação dos advogados, foi constituída a provisão para perda no montante de R\$ 5.471.

		Diretoria		MÁRCIO XAVIER DE OLIVEIRA	
		JOÃO BOSCO SILVA		Contador - CRC 1DF008505/O-0 "T" MG	
		ÁLVARO LUÍS VELOSO		Diretor	
		Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Parecer dos Auditores Independentes					

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Paraibuna de Metais
1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Paraibuna de Metais em 31 de dezembro de 2003 e de 2002 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada

apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paraibuna de

Metais em 31 de dezembro de 2003 e de 2002 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 29 de março de 2004

PRICewaterhouseCOOPERS
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Wander Rodrigues Teles
Contador
CRC 1DF005919/O-3 "S" MG